

JAMES BALDWIN

# Notas de um filho nativo

*Tradução*

Paulo Henriques Britto



COMPANHIA DAS LETRAS

# Introdução

*Edward P. Jones*

Só fui conhecer o ensaísta James Baldwin no meu primeiro ano da faculdade. Antes eu conhecia apenas o James Baldwin dos romances, contos e peças teatrais, uma pessoa de confiança que me apresentava, através de seu Harlem e do povo de lá, o tipo de mundo que eu conhecia bem por ter sido criado na capital federal, Washington. Todos formavam uma mesma família, a gente do Harlem e a gente de Washington, era o que me dizia Baldwin daquela maneira como falam todos os grandes escritores eloquentes que tematizam o que é eterno e universal, nos relatando, com palavras duramente conquistadas, as minúcias do cotidiano: as beatas que investem coração e alma em cada culto como se mostrassem ao deus delas quanto são dignas de entrar no céu; a poeira dos apartamentos das pessoas pobres, que sempre paira no ar como um lembrete da posição que elas ocupam no mundo; as ruas de uma cidade onde os prédios habitados por negros nunca são eretos, e sim sempre tortos, enlutados por mil motivos.

Foi então que conheci esse outro Baldwin, e, à maneira misteriosa como essas coisas acontecem entre membros de uma mesma família, ele me reconheceu. Quando entrei na faculdade, no final de agosto de 1968, imaginando que haveria uma boa biblioteca na Holy Cross College, levei para lá poucos livros: apenas dois títulos de não ficção,

ambos comprados num sebo pouco depois de eu ser aceito pela instituição. Não havia lido nenhum dos dois. O primeiro era um calhamaço publicado em 1950 que ensinava a escrever ensaios lógicos e bem fundamentados. Acabei jamais o lendo na Holy Cross, talvez por ele ser inacessível. (Ao vê-lo na estante do meu quarto no alojamento, Clarence Thomas,<sup>1</sup> um mês antes de se formar na faculdade, em 1971, comprou-o de mim por cinco dólares; já não lembro quanto eu havia pagado por ele.) E o segundo era *Notas de um filho nativo*. Eu estava começando uma nova vida — uma vida dedicada ao intelecto e à educação em meio aos brancos — e imaginava que, como as obras ficcionais de Baldwin haviam me ensinado muito sobre os negros, seus ensaios talvez tivessem um efeito semelhante nesse mundo em que eu estava adentrando.

Entrei na Holy Cross para estudar matemática, sobretudo por ter sido bom aluno da matéria no colegial. Na época, eu era extremamente tímido, e como nunca tinha feito exame de vista não me dava conta de que minha dificuldade de ler o que estava no quadro-negro poderia ser resolvida com óculos. No primeiro semestre de cálculo, eu ficava sentado na última fileira da sala; o professor era uma pessoa distante, que passava a maior parte da aula de costas para os alunos enquanto escrevia na lousa; por essas e outras, à medida que o semestre avançava, meu desempenho piorava mais e mais.

Vou mudar para letras, resolvi em dezembro, sabendo o quanto eu adorava ler e sabendo que ia ficar com média D em cálculo, de modo que não teria futuro na matemática. Antes de partir para o recesso de Natal, peguei meu exemplar de *Notas de um filho nativo* pela primeira vez, talvez compreendendo que a partir de então minha vida seria cada vez mais escrever ensaios. A primeira coisa que James Baldwin me disse na “Nota autobiográfica” foi: “Nasci no Harlem [...]”. Uma declaração simples e direta, como se ao ler algo tão claro o leitor fosse

levado a entender melhor a importância desse fato. Era o Harlem, mas, porque eu estava tão familiarizado com o Baldwin da ficção, o Baldwin cujos negros podiam muito bem ser de Washington, ele só poderia ter falado mais diretamente a mim se tivesse dito: “Nasci em Washington, D.C. [...]”.

Boa parte do ensaio introdutório fala sobre a situação do escritor, algo que por muitos anos não teria muito significado para mim: a necessidade de mergulhar no próprio eu para poder dizer a verdade a respeito do mundo que se está descrevendo; a dificuldade de ser um escritor negro quando “o problema do negro” é um assunto tão discutido; o desejo, no final das contas, de ser “um bom escritor”.

Mas dentro daquele breve ensaio havia um homem de 31 anos, já conhecedor do mundo (só fui tirar passaporte quando tinha 54 anos), que ainda lutava contra o problema de ter nascido em um mundo pequeno e muitas vezes nada receptivo, um mundo que, para o bem ou para o mal, fazia parte de um mundo maior que, de modo geral, rejeitava Baldwin e seu pequeno mundo. Eu era aluno da Holy Cross — algo que muitas vezes me dava alegria —, mas cada vez que saía do meu quarto no alojamento Beaven percebia que naquele lugar em Worcester, Massachusetts, não havia nada que tivesse sido feito pensando em mim. Eu sentia isso, mas ainda não dispunha das palavras com que me expressar. Foi Baldwin que me ensinou essas palavras. Escreve ele, com sua “atitude especial”, a respeito de Shakespeare, a catedral de Chartres, Rembrandt, o Empire State Building e Bach: “Essas criações não eram realmente minhas, não abrigavam minha história; seria inútil procurar nelas algum reflexo de mim. Eu era um intruso; aquele legado não era meu”.

E prosseguia assim ao longo de todo o livro, uma inteligência gloriosamente afiada e sensível, algo de que na época eu não me dava conta de todo, algo que — tenho certeza — o faria sorrir agora.



Confesso que não pude compreender alguns de seus pensamentos mais complexos, talvez apenas porque eu era muito jovem e o mundo ainda não tinha sido tão duro comigo. Outros pensamentos de Baldwin eu simplesmente rejeitava, sem dúvida por ser muito jovem, mas também por estar se formando em mim um lado militante, que desprezava as ideias em desacordo com as que eu estava adquirindo. Essa militância era uma consequência natural do assassinato de Martin Luther King Jr. e da Guerra do Vietnã, bem como da minha recém-formada consciência de que eu era negro num mundo branco. Meu lado militante perguntava, por exemplo, por que Baldwin escrevia às vezes como se não fosse negro, e sim um observador — culpado, sem dúvida, mas ainda assim um observador. “Nossa desumanização do negro, portanto”, ele me dizia em “Muitos milhares de mortos”, “não pode ser separada da desumanização de nós mesmos: a perda de nossa própria identidade é o preço que pagamos por anularmos a dele.” E mais adiante: “Nós (isto é, nós americanos em geral) gostamos de apontar para os negros e a maior parte de suas atividades com uma espécie de desprezo tolerante [...]”.

Porém, atento para o uso constante de palavras como “nós” e “nosso”, aos dezoito anos de idade, nos últimos dias de dezembro de 1968, eu não conseguia captar muito do que havia de verdade e dor nessas afirmações e em tantas outras contidas em “Muitos milhares”. Com o tempo, aprendi que as pessoas conseguem lançar raízes numa consciência ainda em formação sem que ela se dê conta do fato, especialmente pessoas que, como Baldwin, vivem no mundo das palavras. Não fosse isso, não haveria como explicar todas as minhas tentativas de contar em um romance, da melhor maneira possível, as histórias de senhores de escravos, negros e brancos, e mostrar como a escravidão esmagava suas almas cada manhã em que eles se levantavam e agradeciam a seu deus por exercerem domínio sobre

outros seres humanos. Se eu sabia como era importante contar essas histórias era porque Baldwin e outros como ele haviam me inspirado a fazê-lo muitos anos antes. (E se enfatizo a influência de Baldwin é porque ele, dos escritores negros que eu lia, era um dos poucos que percebia a importância de representar os brancos como seres humanos de pleno direito. Mesmo antes de eu saber que iria me tornar escritor, Baldwin me disse o seguinte: para humanizar totalmente os personagens negros, você não precisa desumanizar os brancos.)

Viajando com Baldwin através de *Notas* — “O gueto do Harlem”, “Viagem a Atlanta” e “Notas de um filho nativo” —, pude formar uma imagem mais grandiosa do homem que eu conhecia apenas através da ficção. Suas obras ficcionais certamente tinham uma vida própria, absoluta e sem precedentes, e com base nelas eu poderia ter tentado imaginar o homem com quem estava lidando, mas os ensaios me proporcionaram algo além das fotos três por quatro e das biografias resumidas que vinham nas edições em brochura que eu possuía de obras como *Go Tell It on the Mountain* e *Terra estranha*. Ele continuaria sendo Baldwin se eu nunca tivesse lido esses ensaios, mas não teria sido real o suficiente para se dignar a compartilhar alguns momentos comigo. A ficção me apresentava uma pessoa de enorme humanidade. Os ensaios me apresentavam um homem, um vizinho, até mesmo um irmão mais velho.

Eu tinha vivido os protestos ocorridos em Washington depois do assassinato de Martin Luther King, uma explosão que se deu cerca de 25 anos após os acontecimentos no Harlem relatados por Baldwin em “Notas”. Mudavam o cenário e os protagonistas, mas era o mesmo roteiro das revoltas que varreram o país na década de 1910, e que



também haviam incluído Washington. Em abril de 1968, permaneci na periferia dos acontecimentos. (Minha mãe, coitada, já tinha motivos suficientes para se preocupar; a última coisa que eu queria fazer era acrescentar mais uma tonelada ao fardo com que ela já arcava, proporcionando-lhe o espetáculo de seu filho, prestes a entrar na faculdade, sendo preso.) Ocupado num emprego de verão e com a faculdade na cabeça, eu não tinha tempo para vasculhar meus sentimentos, nem os de meus colegas e vizinhos. O que é maravilhoso em escritores como Baldwin é encontrar, durante a leitura, passagens tão impressionantes que nos fazem perder o fôlego, a ponto de termos que levantar os olhos da página para não sermos arrebatados pelo texto. Durante aqueles dias de abril, só de andar pela minha cidade eu tinha percebido que havia algo de novo e diferente naquela gente que estava gritando, quebrando vitrines e saqueando, algo de muito antigo e profundo. Assim Baldwin me explicava o que estava acontecendo, com palavras escritas doze anos após os protestos do Harlem e treze anos antes do quebra-quebra em Washington: “algo de pesado em sua postura parecia indicar que todas essas pessoas tinham tido, por incrível que parecesse, uma visão comum, e em cada rosto parecia haver a mesma sombra estranha e amarga”.

Veza após veza, Baldwin tem esse efeito sobre o leitor, e a certa altura já não basta levantar os olhos da página para recuperar o fôlego. Em “Igualdade em Paris”, temos o triste episódio em que Baldwin passa alguns dias preso no período natalino de 1949 depois de lhe darem um lençol de hotel usado que ele não sabia que tinha sido roubado. Isso mesmo: dias preso por um lençol usado. Só se compreende o significado real da palavra “kafkiano” depois de ler com atenção esse relato. Baldwin não o diz com todas as letras, mas o que sua passagem por um sistema de justiça perversamente cego deixa claro é que na

França, para “todos os desgraçados”, a situação não era tão diferente da que eles suportavam antes da Revolução Francesa.

A coisa é tão absurda (e esse absurdo é mais uma camada de opressão) que chega a ficar engraçada. E daí vem também a percepção de Baldwin de que as pessoas que administram tal sistema são primas-irmãs das que dão as cartas “na minha terra natal”. Ele não tem como escapar delas, nem mesmo num lugar chamado Paris, e a consciência desse fato o torna uma pessoa melhor. “De alguma maneira profunda, negra, pedregosa e libertadora, minha vida, para mim, só começou naquele primeiro ano em Paris [...]”.

E Baldwin prossegue, página após página, oferecendo luz e compreensão e uma insistência implacável — insistindo não exatamente em afirmar que sua visão das coisas é correta, mas que ignorá-la é ver apenas uma imagem parcial que não levará a soluções duradouras. Compreendo isso melhor agora que reli *Notas* para escrever este ensaio, e agora que a vida me fez ter algumas experiências. É por isso que seu livro deve ser valorizado. Por coisas pequenas, e por outras não tão pequenas.

A respeito do *Amsterdam Star-News*, ele observa em “O gueto do Harlem” que o jornal “é republicano [sem dúvida como legado da decisão tomada por Abraham Lincoln de libertar os escravos, achando que assim terminaria mais cedo a Guerra da Secessão], uma filiação política que por vezes o faz adotar uma estranha linguagem falseadora [...]”. Tive que rir. Baldwin se referia a republicanos possivelmente mais bondosos e humanos, pessoas que poucos anos depois se tornariam animais políticos muito mais mesquinhos e maléficos. Não sei se Baldwin chegou a testemunhar o que aconteceu quando do dia para a noite surgiram conservadores negros durante a presidência de



Ronald Reagan. Um grupo de negros que até hoje tem que defender todos os racistas brancos nas diversas subdivisões do Partido Republicano. Linguagem falseadora, sim.

E todo o ensaio “Viagem a Atlanta” é um alerta importante a respeito de políticos negros e radicais e liberais brancos, que com sua linguagem falseadora procuram mascarar um paternalismo que vê os negros como meras crianças. Relendo o texto, fiquei pensando em todos os liberais brancos de Washington, D.C., que escreveram comentários racistas em 2010 nos jornais e blogs locais depois que o prefeito negro (uma figura bastante criticada por muitos negros) foi derrotado por outro candidato negro, reclamando que os eleitores *niggers* simplesmente não sabiam o que era bom para eles. Baldwin — contando a ida de seu irmão adolescente, David, ao Sul — já fazia sua advertência em 1948.

Uma das maravilhas de reler *Notas* muitos anos depois é observar como Baldwin é “atual”. Isso pode parecer um clichê, mas em muitas ocasiões na vida constatamos que alguns clichês se fundamentam em coisas sólidas, bem conhecidas e atemporais. “Viagem a Atlanta” é apenas um entre tantos exemplos contidos no livro. O que também fica claro é o otimismo de James Baldwin em relação a si próprio, ao seu mundo, ao mundo dos negros. Mesmo quando mostra os horrores da condição do negro nos Estados Unidos, ele manifesta um otimismo que ora é como uma música de fundo sutil, ora parece um tambor insistente. Mas do começo ao fim, palavra por palavra — talvez como prova de que ele tem certeza do que afirma —, Baldwin jamais grita.

29 de junho a 5 de julho de 2012  
Washington, D.C.

---

1. Membro da Suprema Corte dos Estados Unidos e segundo negro a ser nomeado para o tribunal, em 1991. (N. T.)

## NOTAS DE UM FILHO NATIVO



*Para Paula Maria e Gebril*

*image  
not  
available*

Houve mudanças superficiais, com resultados que, na melhor das hipóteses, são ambíguos, e, na pior, desastrosos. Moralmente, não houve mudança alguma, e a mudança moral é a única que conta. “*Plus ça change*”, reclamam, irritados, os franceses (que certamente sabem do que estão falando), “*plus c’est la même chose.*” (Quanto mais a coisa muda, mais ela continua sendo a mesma.) Pelo menos eles têm estilo suficiente para admitir o fato.

A única mudança real que pode ser percebida com clareza no caos indescritivelmente perigoso do momento atual é a consciência apavorada, por parte daqueles que vêm há tanto tempo difamando e subjugando outros seres humanos, de que o feitiço se voltou contra o feiticeiro. Nem uma única vez os Civilizados foram capazes de honrar, reconhecer ou descrever o Selvagem. Este é, em termos práticos, a fonte da riqueza daqueles, e a subjugação constante deste é a chave do poder e da glória daqueles. Trata-se de uma verdade absoluta e incontestável na África do Sul — para citar apenas um pedaço da África. Quanto à situação das mulheres e dos homens negros daqui, o negro tornou-se, no plano econômico, praticamente irrelevante, sendo por isso estimulado a alistar-se no Exército ou então — uma ideia defendida, creio, por Daniel Moynihan e Nathan Glazer —<sup>4</sup> transformar-se em um pós-homem, para desse modo tornar-se útil, pelo amor de Cristo, enquanto os homens brancos assumem o pesado fardo de governar o mundo.

Pois é. *Plus ça change.* E, falando como um cidadão negro, em relação aos seus compatriotas: *com amigos assim...*

Há um pavor terrível, não reconhecido, enrodilhado sob o andaime dos tempos das esperanças e dos empreendimentos atuais. Afirmo que os Civilizados nunca foram capazes de honrar, reconhecer nem descrever o Selvagem. Tendo-o rotulado de selvagem, não viam nele



*image  
not  
available*

18 de abril de 1984  
Amherst, Massachusetts

- 
1. Universidade em Washington, D.C., fundada em 1867, com professores brancos, mas destinada apenas a alunos negros, numa época em que a segregação racial era oficialmente adotada no país. (N. T.)
  2. No original, “*rock of ages*”, título de um conhecido hino protestante. (N. T.)
  3. Citações de *negro spirituals*, tradicionais canções religiosas dos negros do Sul, do tempo da escravidão. (N. T.)
  4. Considerados liberais e associados ao Partido Democrata, esses autores defendiam a posição de que desemprego, criminalidade e outras mazelas associadas à população negra tinham causas diversas que não o racismo, a discriminação racial e o histórico escravagista do país. (N. T.)
  5. Alusão a um *negro spiritual*. (N. T.)

*image  
not  
available*



problema do negro é quase inacessível. Não é só por se escrever tanto sobre ele; é porque o que se escreve é muito ruim. Pode-se dizer, creio eu, que o preço que um negro paga para aprender a se exprimir é constatar, no final das contas, que não há nada a ser expresso. (“Ensinaste-me a falar”, diz Calibã a Próspero, “e a vantagem única é que agora sei xingar.”) Pensemos: a tremenda atividade social gerada por esse problema impõe a brancos e negros a necessidade de olhar para a frente, de trabalhar em prol de um futuro melhor. Isso é bom; isso faz com que as águas continuem agitadas; na verdade, todo o progresso experimentado pelos negros advém daí. No entanto, as questões sociais não são, de modo geral, o interesse principal do escritor, ainda que alguns afirmem que deveriam ser; é muitíssimo necessário que ele se distancie dessas questões o bastante para ter, ao menos, alguma clareza; pois, para que ele possa olhar para a frente, entendendo o que vê minimamente, primeiro tem de olhar para trás por um bom tempo. No atual contexto do problema do negro, tanto os brancos quanto os negros têm excelentes razões para não querer de modo algum olhar para trás; mas, no meu entender, apenas o passado pode tornar o presente coerente; ademais, o passado só deixará de ser horrível no dia em que resolvermos examiná-lo de modo honesto.

Seja como for, sei que o momento mais crucial da minha formação foi aquele em que fui obrigado a admitir que eu era uma espécie de bastardo do Ocidente; quando traçava a linha do meu passado, eu não ia parar na Europa, e sim na África. E isso queria dizer que, de alguma maneira sutil, de alguma maneira muito profunda, eu era obrigado a encarar Shakespeare, Bach, Rembrandt, as pedras de Paris, a catedral de Chartres e o Empire State Building com uma atitude especial. Essas criações não eram realmente minhas, não abrigavam minha história; seria inútil procurar nelas algum reflexo de mim. Eu era um intruso; aquele legado não era meu. Por outro lado, eu não dispunha de outro

## PRIMEIRA PARTE

*image  
not  
available*



Responsabilidade do romancista — ao que parece, sua obrigação de assumir formalmente que ele está envolvido e afetado pela vida de outras pessoas e de dizer algo edificante sobre esse fato óbvio — implica, quando ele acredita nisso, sua corrupção e nossa perda; ademais, essa Responsabilidade tem raízes nessa exata mecanização, está interligada a ela e a intensifica. Tanto *Gentleman's Agreement* quanto *O destino bate à sua porta*<sup>2</sup> exemplificam esse medo terrível do ser humano, a determinação a reduzi-lo a algo menor. E *A cabana do pai Tomás* prenuncia esses dois livros: a fórmula criada pela necessidade de encontrar uma mentira mais palatável que a verdade foi passada adiante e aprendida de cor, persistindo até hoje com um poder terrível.

É interessante considerar mais um aspecto do romance da sra. Stowe: o método por ela utilizado para resolver o problema de escrever sobre um negro. Fora o animado desfile de escravos do campo, escravos domésticos, Chloe, Topsy etc. — os quais são figuras tradicionais adoráveis, que não constituem problema algum —, o livro apresenta apenas três outros negros. Estes é que são importantes, e dois deles podem ser deixados de lado de imediato, pois é apenas a palavra da autora que garante que eles sejam negros, já que sob todos os outros aspectos eles são tão brancos quanto se pode imaginar. Refiro-me a George e Eliza, um casal com uma filha totalmente adorável — aliás, toda a sua graça e seu charme nos fazem pensar num engraxate negro dançando sapateado para ganhar algumas moedas condescendentes. Eliza é uma mestiça bela e piedosa, clara o bastante para passar por branca — a heroína de *Quality*<sup>3</sup> poderia perfeitamente ser sua reencarnação —, que só difere de sua senhora aristocrática, a qual supervisionou sua educação, por ser uma serviçal. George é mais escuro, mas compensa esse fato por ser um gênio da mecânica e, além

*image  
not  
available*

preocupações teológicas da sra. Stowe, as vacuidades doentias de *The Rover Boys*.<sup>4</sup> Em última análise, o objetivo do romance de protesto é bem semelhante ao zelo daqueles missionários alabastrinos que vão à África para cobrir a nudez dos nativos e empurrá-los para os braços pálidos de Jesus, onde eles encontram a escravidão. O objetivo agora é reduzir todos os americanos às dimensões compulsivas e exangues de um sujeito chamado Joe.

É um curioso triunfo da sociedade — e também uma deficiência dela — sua capacidade de convencer as pessoas a quem ela atribui um status inferior de que essa inferioridade é real; ela tem a força e as armas que lhe permitem transformar suas afirmações em fatos, de modo que os supostos inferiores se tornam inferiores de fato, no que diz respeito às realidades sociais. O fenômeno hoje é mais disfarçado do que no tempo da escravidão, mas não é menos implacável. Agora, tal como antes, nos vemos acorrentados, fisicamente de início, e depois interiormente, pela natureza de nossa categorização. E não é clamando contra essa armadilha que escapamos dela: é como se a própria tentativa de fuga fosse o único movimento necessário para acionar o mecanismo da arapuca. Sem dúvida, é dentro dessa gaiola de realidade em que nascemos, e debatendo-nos contra ela, que adquirimos nossa forma; e no entanto é justamente por dependermos dessa realidade que somos traídos o tempo todo. O que mantém a sociedade coesa é nossa necessidade; nós a mantemos unida com lendas, mitos, coerções, temendo que sem ela sejamos lançados naquele vazio no qual, tal como a terra antes de ser pronunciado o Verbo, estão ocultos os alicerces da sociedade. É deste vazio — nós mesmos — que a sociedade tem a função de nos proteger; mas é só esse vazio, nossos eus desconhecidos, sempre a exigir um novo ato de criação, que pode nos salvar “do mal que há no mundo”. Com o mesmo movimento, e ao mesmo tempo, é em prol disso que lutamos

*image  
not  
available*



# Muitos milhares de mortos

É só através da sua música — a qual os americanos conseguem admirar porque um sentimentalismo protetor lhes restringe a compreensão dela — que o negro dos Estados Unidos pode contar sua história. É uma história que ainda não foi contada de nenhuma outra forma e que nenhum americano está preparado para ouvir. Como resultado inevitável de coisas que não são ditas, até hoje nos vemos oprimidos por um silêncio perigoso e reverberante; e a história é contada, de modo compulsivo, por meio de símbolos e signos, em hieróglifos; ela se revela na fala dos negros e na da maioria branca, com seus referenciais diferentes. As maneiras como o negro afetou a psicologia dos americanos vêm à tona em nossa cultura popular e em nossa moralidade; nossa alienação em relação a ele atesta a profundidade de nossa alienação em relação a nós mesmos. Não podemos perguntar: como nos sentimos *realmente* em relação a ele? Uma pergunta dessas tem apenas o efeito de escancarar os portões do caos. O modo como realmente nos sentimos em relação ao negro tem a ver com o modo como nos sentimos em relação a tudo e todos, inclusive nós mesmos.

A história do negro nos Estados Unidos é a história dos Estados Unidos — ou, mais precisamente, a dos americanos. Não é muito bonita: a história de um povo nunca é muito bonita. O negro nos



*image  
not  
available*

alegria diante da morte da tia Jemima e do pai Tomás atinja as raias da indecência, é prudente que nos perguntemos: de onde brotaram essas pessoas? Como foram suas vidas? Em que limbo elas afundaram?

Por mais falsos que fossem, nossos retratos dessas pessoas indicam não apenas as condições, mas também a qualidade de suas vidas e o impacto que esse espetáculo teve sobre nossas consciências. Não havia ninguém mais tolerante do que a tia Jemima, nem mais forte, mais piedoso, mais leal nem mais sábio; ao mesmo tempo, ninguém poderia ser mais fraco, mais infiel, mais cruel e certamente mais imoral do que ela. Quanto ao pai Tomás, confiável e assexuado, bastaria perder o epíteto de “pai” para que ele se tornasse violento, astuto e ressentido, uma ameaça para qualquer mulher branca que passasse. Eles preparavam as mesas de nossos banquetes e a roupa com que éramos enterrados; e, se podíamos nos orgulhar de compreendê-los, era muito mais relevante e muito mais verdadeiro o fato de que eles nos compreendiam. Eram, além disso, as únicas pessoas no mundo que nos compreendiam; e não apenas nos conheciam melhor do que nós mesmos nos conhecíamos, como também nos conheciam melhor do que nós os conhecíamos. Esse era o tempero picante dessa pilhéria nacional, que estava por trás tanto de nossa inquietação quanto de nossa benevolência: a tia Jemima e o pai Tomás, nossas criações, em última análise nos escapavam; eles tinham uma vida — uma vida própria, talvez melhor do que a nossa — e nunca nos diziam como ela era. No momento em que éramos levados, da forma mais íntima e dolorosa, a imaginar que profundidades de desprezo, que píncaros de indiferença, que prodígios de resiliência, que superioridade indomável lhes permitia resistir de modo tão intenso, nem morrendo nem se rebelando como um corpo único para nos eliminar da face da terra, a imagem espatifou-se para sempre e a palavra falhou. O negro que vivia em meio a nós guardava um ódio

*image  
not  
available*

Dreiser e Steinbeck; mas, quando examinamos o livro, seu impacto não parece nem um pouco surpreendente, tornando-se, pelo contrário, perfeitamente lógico e inevitável.

Não podemos, para começo de conversa, desvincular esse livro do clima social da época em que surgiu: foi uma daquelas últimas produções raivosas que marcaram o final dos anos 1920 e toda a década de 1930, e que tratam das desigualdades características da estrutura social do país. Foi publicado um ano antes de entrarmos na última guerra mundial — ou seja, pouco depois da dissolução da WPA<sup>4</sup> e o final do New Deal, num momento em que os dispensários dos pobres e os sangrentos conflitos de trabalhadores estavam vivos nas lembranças de todos. Reagimos aos rigores daquele período inesperado não apenas com um idealismo genuinamente perplexo e desesperado — foi assim que, por haver ao menos uma *causa* por que lutar, jovens partiram para a Espanha e lá morreram —, mas também com uma consciência genuinamente desnorteada. O negro, que durante a magnífica década de 1920 fora um primitivo passional e fascinante, tornou-se então, na condição de uma das nossas maiores causas de constrangimento, nossa minoria mais oprimida. Nos anos 1930, lendo Marx com devoção, descobrimos o Trabalhador e percebemos — imagino que com um certo sentimento de alívio — que os objetivos do Trabalhador e os objetivos do Negro eram idênticos. Esse teorema — ao qual voltaremos adiante — agora nos dá a impressão de não explicar muita coisa; mesmo assim, ele tornou-se um dos slogans da “luta de classes” e o evangelho do Novo Negro.

Quanto a este Novo Negro, Wright tornou-se seu porta-voz mais eloquente; e sua obra, desde o início, é claramente comprometida com a luta social. Deixando de lado a questão complexa da relação exata entre o artista e o revolucionário, a realidade do homem como ser social não é sua única realidade, e o artista que é forçado a lidar com